

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: ARQUITETURA E URBANISMO PARA CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Coordenadoria de Fomento à Pesquisa

Giovana Afensor Rodrigues
Apoio: PIVIC Mackenzie

Profa. Dra. Daniela Cristina V. Getlinger

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo, SP – Brasil

<10417224@mackenzista.com.br>
<daniela.getlinger@mackenzie.br>

Resumo

Este projeto de iniciação científica analisa práticas de extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo voltadas às crianças do ensino fundamental de escolas públicas, com foco na formação cidadã, inclusão e valorização do território. A motivação da pesquisa surge do desejo de compreender como a universidade pode atuar diretamente na transformação social por meio da escuta e participação ativa das crianças nos processos de planejamento urbano. O principal objetivo foi compreender o funcionamento, os métodos e os impactos de ações extensionistas, desde sua concepção até os resultados gerados. A metodologia adotada consistiu em levantamento bibliográfico, análise documental e estudo comparativo de quatro projetos: “Construindo o Parque do Nosso Futuro”, “Pequenos Arquitetos”, “Cartilha da Cidade” e “Parque Pinheirinho d’Água”. Os resultados indicam que, apesar dos desafios recorrentes — como limitações logísticas, falta de recursos e conflitos de agenda escolar —, todas as ações analisadas alcançaram impactos positivos na formação de crianças e estudantes universitários. Os projetos evidenciam o potencial das crianças como agentes de transformação, capazes de propor soluções urbanas criativas e conscientes, ao mesmo tempo que ampliam a compreensão crítica dos estudantes de arquitetura sobre seu papel social. A extensão universitária se mostra, assim, como uma ferramenta fundamental de educação emancipadora e construção coletiva do espaço urbano.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Arquitetura e Urbanismo; Educação Infantil; Cidadania; Participação.

Abstract

This undergraduate research project analyzes university extension practices in Architecture and Urbanism aimed at public elementary school children, with a focus on civic education, inclusion, and the appreciation of local territory. The motivation for the research stems from the desire to understand how universities can play a direct role in social transformation through listening to and actively engaging children in urban planning processes. The main objective was to understand the structure, methods, and impacts of extension activities—from their conception to their outcomes—as well as to offer guidelines for future initiatives in the field. The methodology included a literature review, document analysis, and a comparative study of four projects: “Building the Park of Our Future,” “Little Architects,” “City Guidebook,” and “Pinheirinho d’Água Park.” The results indicate that despite recurring challenges—such as

logistical limitations, lack of resources, and school schedule conflicts—all the initiatives analyzed had a positive impact on both children and university students. The projects highlight the potential of children as agents of change, capable of proposing creative and conscious urban solutions, while also deepening architecture students' critical understanding of their social role. University extension thus proves to be a fundamental tool for emancipatory education and the collective construction of urban space.

Keywords: University Extension; Architecture and Urbanism; Early childhood education; Citizenship; Participation.

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária, enquanto prática integradora entre universidade e sociedade, tem se consolidado como um campo essencial para a formação crítica e cidadã de estudantes, sobretudo nas áreas de Arquitetura e Urbanismo. Neste contexto, surge a motivação para a presente pesquisa: compreender como experiências extensionistas que envolvem crianças do ensino fundamental podem contribuir para processos de planejamento urbano mais inclusivos e transformadores. A presença ativa das crianças em atividades de escuta, criação e proposição espacial aponta para novas formas de leitura e construção do território, além de ampliar o entendimento sobre o papel social da universidade e do arquiteto.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar algumas práticas de extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo voltadas para crianças do ensino fundamental, com foco na participação cidadã e valorização do território. Para alcançar esse fim, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (I) identificar e descrever os métodos utilizados nas ações extensionistas analisadas; (II) comparar abordagens adotadas em diferentes projetos, destacando potencialidades e limites; (III) discorrer sobre os impactos dessas ações na formação das crianças e dos estudantes universitários envolvidos.

A relevância deste trabalho reside na escassez de estudos que abordem a atuação da extensão universitária a partir do olhar das crianças e sua inserção em processos de construção coletiva do espaço urbano. Ao destacar experiências que valorizam o território, a participação e a educação cidadã, esta pesquisa contribui para o aprofundamento teórico e metodológico de ações extensionistas, além de oferecer subsídios para futuras atividades extensionistas em arquitetura e urbanismo.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: a seção 1 apresenta o referencial teórico, com discussões sobre extensão universitária, urbanismo participativo e o papel das crianças no planejamento urbano. A seção 2 detalha a metodologia adotada na pesquisa. Na seção 3, são apresentados e analisados os quatro projetos estudados. A seção 4 reúne a análise comparativa e a discussão dos resultados obtidos. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais, destacando as contribuições do estudo e sugestões para futuras pesquisas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A extensão universitária é um processo multifacetado que envolve dimensões educacionais, políticas, sociais e culturais. Caracteriza-se pela disseminação dos conhecimentos

produzidos na universidade e pela interação entre estudantes, docentes e técnicos-administrativos com a comunidade externa. Esse intercâmbio de saberes aprofunda a compreensão das demandas sociais e atua como instrumento de inclusão e transformação social.

No que concerne às suas formas de atuação, as ações extensionistas podem se concretizar por meio de projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, assessorias e consultorias nas áreas técnica, científica, artística, cultural e esportiva. Segundo Mendonça e Silva (2002), a extensão aproxima a universidade das necessidades da população, promovendo a troca de experiências e a construção de soluções colaborativas.

De acordo com De Paula (2013), embora a questão social tenha sido o tema pioneiro da extensão, ao longo do tempo ela passou a abranger uma ampla gama de áreas, como educação de jovens e adultos, avaliação de políticas públicas, tecnologias, produção cultural, cidadania e sustentabilidade, entre outras.

Historicamente, a extensão universitária consolidou-se através de duas matrizes principais: uma vertente europeia, de caráter social, que articulava universidade, Estado e instituições para mitigar os efeitos do capitalismo; e uma perspectiva norte-americana, orientada à transferência de tecnologia e ao desenvolvimento produtivo (DE PAULA, 2013).

Embora constitua o pilar mais recente do tripé universitário, suas origens remontam ao século XIX, com a criação dos primeiros cursos de extensão em Cambridge (1871) - modelo denominado "educação continuada" - e iniciativas paralelas em Oxford voltadas para comunidades operárias (MIRRA, 2009). A prática expandiu-se transatlanticamente através da American Society for the Extension of University Teaching, com implementação pioneira na Universidade de Chicago (1892). Na América Latina, a extensão emergiu em meio a lutas sociais, como a Revolução Mexicana (1910) e a Revolução Cubana (1959), ambas marcadas pelo apoio popular e impacto cultural significativo (DE PAULA, 2013).

O Manifesto de Córdoba, de 1918, representou um marco na história da extensão universitária ao propor uma reforma acadêmica que rompeu com a estrutura tradicional. Segundo Gadotti (2017), a extensão passou a ser compreendida como atividade extracurricular, articulando ações que colocavam os estudantes em contato direto com a sociedade. Essa aproximação permitiu aos alunos vivenciar e buscar soluções para problemas sociais antes mesmo de ingressarem profissionalmente.

No Brasil, as primeiras iniciativas extensionistas surgiram na Universidade Livre de São Paulo (1914-1917), mas enfrentaram dificuldades devido ao distanciamento entre os temas abordados (predominantemente políticos e econômicos) e o perfil do público-alvo (majoritariamente trabalhadores rurais e analfabetos). A consolidação ocorreu progressivamente, culminando com seu reconhecimento oficial na LDB 4.024/1961 como modalidade de integração entre universidade e sociedade (DE PAULA, 2013).

Apesar desse avanço, o Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, ainda não incluía a extensão como função universitária, restringindo-se à divulgação de pesquisas voltadas a públicos mais instruídos. Foi somente a partir da década de 1960 que a extensão passou a ser compreendida como parte integrante do ensino e da pesquisa, especialmente com o surgimento de ações voltadas às classes populares, com foco na conscientização social.

Esse novo entendimento foi fortalecido entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando movimentos populares, organizações não governamentais e sindicatos passaram a impulsionar uma concepção de extensão alinhada à educação popular (BRANDÃO, 1982). Esse contexto culminou, em 1987, na criação do Fórum de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX), que revisou os fundamentos da prática extensionista, ampliou o diálogo com o Ministério da Educação e contribuiu para a formulação da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2006).

A partir dessa política, a extensão passou a ser entendida como um processo educativo, cultural e científico, indissociável das demais funções universitárias. Nesse contexto, surgiu a proposta de curricularização, ou seja, a integração das atividades extensionistas aos currículos acadêmicos. Essa ideia foi formalizada no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001–2010, por meio das metas 21 e 23, que estabeleciam a obrigatoriedade de que 10% dos créditos curriculares fossem cumpridos em ações de extensão. O PNE de 2014 reforçou essa diretriz, adotando uma abordagem mais popular e emancipatória, com prioridade para áreas de grande relevância social.

Com isso, a extensão universitária passou a ocupar um espaço central na educação superior brasileira, atuando em frentes como inclusão social, sustentabilidade ambiental, fortalecimento da democracia e valorização da diversidade cultural. Essa atuação reforça seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Apesar dos avanços na institucionalização da extensão universitária, Paulo Freire (2006) alerta para os riscos de uma concepção limitada à mera transmissão de conhecimento. Para o autor, a verdadeira extensão deve ser um processo dialógico, no qual os sujeitos participam ativamente da construção do saber. Botomé (1999) complementa essa crítica ao destacar que, quando orientadas exclusivamente pelos interesses acadêmicos, as ações extensionistas perdem sua capacidade de transformação social.

Nesse sentido, refletir sobre a prática extensionista torna-se essencial para garantir sua efetividade como instrumento de inclusão e diálogo entre universidade e sociedade. No campo da Arquitetura e Urbanismo, essa perspectiva se concretiza na articulação entre formação acadêmica e os desafios urbanos reais, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Projetos de extensão nessa área envolvem assessorias técnicas, oficinas participativas, mutirões de melhorias habitacionais e ações de urbanização voltadas a comunidades periféricas e populações em situação de risco (REZENDE, 2020; SOUSA; MOURA, 2019).

Tais práticas evidenciam o papel do arquiteto e urbanista como agente social, comprometido com a promoção do direito à cidade — conceito central no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) — que pressupõe o acesso equitativo aos bens, serviços e espaços urbanos. Essa atuação exige o enfrentamento das desigualdades socioespaciais e a aplicação do conhecimento técnico em favor da justiça social.

Ao serem inseridos nesses contextos desde a graduação, os estudantes vivenciam experiências que extrapolam os limites da sala de aula, promovendo uma aprendizagem ativa e cidadã. Como aponta Guerra (2020), essas vivências favorecem o desenvolvimento de uma postura ética, crítica e sensível às múltiplas realidades sociais, formando profissionais mais conscientes de seu papel transformador.

Dessa forma, a extensão em Arquitetura e Urbanismo não se limita à aplicação técnica, mas promove uma relação dialógica entre saber acadêmico e saber popular, em consonância com os princípios da educação emancipadora freireana (FREIRE, 1996). Quando orientada por metodologias participativas, essa prática se alinha à ideia de educação como prática da liberdade, na qual todos os envolvidos são agentes do processo educativo e da transformação do espaço urbano.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, voltada à análise de quatro iniciativas de extensão universitária. O percurso metodológico foi estruturado em três etapas principais, com o objetivo de proporcionar uma abordagem abrangente e aprofundada do objeto de estudo.

A primeira etapa consistiu na revisão da literatura, com vistas à construção do referencial teórico-conceitual. Foram consultadas obras fundamentais sobre extensão universitária, urbanismo participativo e o papel das crianças no planejamento urbano, que forneceram as bases analíticas para as etapas seguintes.

Na segunda etapa, foram selecionados quatro projetos que se destacam por seu enfoque na extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo, com ênfase na participação infantil em escolas públicas. A coleta de dados concentrou-se na análise documental, envolvendo relatórios técnicos, publicações em sites institucionais, divulgações acadêmicas e materiais produzidos pelos próprios projetos.

Por fim, os dados obtidos foram sistematizados e analisados de forma cruzada, com base em eixos previamente definidos — como metodologias adotadas, impactos observados e desafios enfrentados —, permitindo uma comparação crítica entre as abordagens dos diferentes casos estudados.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta e discute os quatro casos de estudo selecionados: “Construindo o Parque do Nosso Futuro” (São Paulo/SP), “Pequenos Arquitetos” (Florianópolis/SC), “Cartilha da Cidade” (São Carlos/SP) e “Parque Pinheirinho d’Água” (São Paulo/SP). A ordem de apresentação segue uma lógica que vai das iniciativas de escopo e duração mais pontuais até aquelas de imersão mais longa e complexa no território. A análise individual de cada caso busca identificar e descrever seus métodos, enquanto a comparação crítica entre as abordagens, potencialidades e limites será desenvolvida na conclusão.

4.1 PROJETO: “CONSTRUINDO O PARQUE DO NOSSO FUTURO”



Figura 1: Crianças realizando a atividade de estudo do bairro. Fonte: Revista Projeto, 2024.

O projeto “Construindo o Parque do Nosso Futuro” foi desenvolvido em 2023 na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professor Paulo Gonçalo dos Santos – CEU Alvarenga, localizada em uma área de grande vulnerabilidade social, no extremo sul de São Paulo. A iniciativa teve como objetivo principal promover atividades teóricas e práticas de educação urbanística e ambiental com crianças e professores, articulando o espaço escolar com o processo de implementação do Parque dos Búfalos – área designada pela Prefeitura de São Paulo para se tornar um parque público, localizada adjacente à escola.

A coordenação do projeto ficou a cargo do arquiteto e urbanista Leonardo Rodrigues, com participação ativa de outros profissionais da área, da equipe de direção, coordenação e corpo docente da escola. A iniciativa contou ainda com uma importante parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, que envolveu professores pesquisadores e estudantes universitários. Os principais beneficiados foram os estudantes do 6º ano do ensino fundamental II, divididos entre as turmas A e B, bem como professores, pais e responsáveis, e demais membros da comunidade escolar¹.

A proposta surgiu em resposta ao edital CAU Educa promovido pelo CAU- São Paulo, que busca envolver Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e fomentar parcerias para levar a Arquitetura e o Urbanismo para as escolas públicas do estado. Este edital tem como objetivo fomentar a educação urbana e ambiental através de ações no território paulista.

¹ CAU Educa na prática: CAU-PR e CAU-SP realizam ações e apoiam projetos pedagógicos. [S. l.], [2025]. Disponível em: <https://caubr.gov.br/cau-educa-na-pratica-cau-pr-e-cau-sp-realizam-acoes-e-apoiam-projetos-pedagogicos/>. Acesso em: 6 jul. 2025.

A metodologia foi estruturada em quatro etapas principais: Oficinas de Arquitetura e Urbanismo; Estudos de Caso; Proposta de Intervenção no Parque; e Compilação dos Resultados e Análises. As atividades envolveram aulas expositivas, saídas de campo e oficinas práticas, promovendo uma abordagem participativa e interdisciplinar. As crianças, com apoio dos arquitetos e professores, desenvolveram propostas para a área designada para a implantação do Parque dos Búfalos, estimulando a reflexão sobre o ambiente urbano e a importância do território. A linha de raciocínio utilizada seguiu etapas semelhantes às adotadas por arquitetos e urbanistas: reconhecimento do território, busca de referências, elaboração de propostas projetuais e compartilhamento de resultados (GETLINGER; RODRIGUES, 2024a).

As atividades envolveram áreas como Matemática, Geografia, Ciências e Artes, favorecendo a integração entre o currículo escolar e os conceitos de arquitetura e urbanismo. A duração inicial do projeto foi de seis meses, dentro do programa CAU Educa, com a realização de duas atividades adicionais nos semestres seguintes, organizadas por alunas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie.

Os resultados do projeto extensionista foram expressos por meio de desenhos e maquetes que evidenciaram a percepção sensível das crianças sobre seu território. Ao serem envolvidas no processo de criação, as crianças demonstraram maior senso de pertencimento e consciência sobre o direito à cidade, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e atuantes. A experiência mostrou que as crianças têm uma percepção aguçada do local onde vivem e que o estímulo à expressão de suas ideias pode gerar propostas significativas para a melhoria dos espaços urbanos (GETLINGER; RODRIGUES, 2024b).

Entre as dificuldades enfrentadas estavam o planejamento prévio das atividades em diferentes componentes curriculares, os custos com transporte e alimentação para as saídas de campo, e o engajamento dos professores fora do horário regular de aula. Ainda assim, os ganhos para a comunidade foram expressivos: o projeto aproximou temas de Arquitetura e Urbanismo da realidade escolar, fortaleceu o papel da escola como espaço de articulação com o território e promoveu a participação coletiva e a valorização dos saberes da comunidade.

Para a universidade, o projeto representou uma rica oportunidade de aproximação com a realidade das periferias urbanas de São Paulo, particularmente em relação à complexa relação entre crescimento urbano e preservação ambiental. O Parque dos Búfalos, um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica no entorno da Represa Billings, foi o ponto focal do projeto, permitindo que os estudantes universitários aplicassem metodologias participativas e ampliassem seu repertório acadêmico com vivências reais e transformadoras.

Em síntese, o projeto “Construindo o Parque do Nosso Futuro” promoveu a integração entre escola, universidade e comunidade, gerando aprendizados mútuos, fortalecimento da cidadania e o incentivo à construção coletiva de soluções urbanas mais justas, inclusivas e sustentáveis.

4.2 PROJETO DE EXTENSÃO PEQUENOS ARQUITETOS: EXPERIÊNCIAS LÚDICO-CONSTRUTIVAS NA CIDADE



Figura 2: Crianças e monitores subindo a Escadaria do Rosário. Fonte: Autores, 2019.

O projeto de extensão Pequenos Arquitetos, promovido pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), teve como principal objetivo incentivar estudantes dos primeiros anos do Ensino Fundamental a ler e refletir sobre a cidade, reconhecendo seus aspectos histórico-culturais e compreendendo como barreiras arquitetônicas e urbanísticas afetam pessoas com limitações físico-motoras ou mentais. A iniciativa buscou inserir as crianças como protagonistas na construção de uma cidade mais inclusiva, ampliando sua percepção do espaço urbano de maneira crítica e sensível.

Fundamentado em experiências anteriores com alunos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, o projeto reconhece que essas práticas podem contribuir significativamente para a compreensão dos problemas do ambiente construído. No caso das crianças, trata-se de despertar um “fazer-ver” menos técnico e mais artístico, promovendo um reencontro com o sentido do espaço público e coletivo. O referencial teórico foi enriquecido por diversos campos do conhecimento, como os estudos de Lima (1989) sobre a exclusão das crianças do espaço urbano e de Pinto (2003), que analisa o brincar e a relação das crianças com os espaços escolares.

O projeto foi desenvolvido em três etapas: pesquisa bibliográfica, planejamento das atividades de campo e realização da oficina. Inicialmente, professores e estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo se reuniram para discutir o embasamento teórico e estruturar o cronograma de ações. Após o levantamento de referências e discussões sobre o contexto urbano de Florianópolis, a equipe passou à fase de mapeamento de edifícios históricos e de ruas com infraestrutura acessível, além de pontos do centro histórico que favorecem o pedestre.

Com base nesse levantamento, foram definidos os percursos e atividades da oficina, testados previamente em visitas de campo para garantir sua viabilidade e adequação ao tempo disponível. A oficina priorizou crianças de 6 a 10 anos e, embora inicialmente estivessem previstas 12 vagas, foram atendidas 15 crianças.

As atividades foram pensadas para criar um ambiente de interação e aprendizagem. Na primeira dinâmica, as crianças realizaram um desenho coletivo com giz de cera sobre o tema “O que é cidade para você?”, promovendo o compartilhamento de suas impressões iniciais sobre o espaço urbano e facilitando a integração do grupo. Em seguida, na Rua Vidal Ramos, próximo à Catedral Metropolitana, vivenciaram uma simulação das dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência visual, caminhando vendadas com auxílio de monitores, utilizando o piso tátil e bengalas. Essa experiência permitiu a percepção direta dos desafios de acessibilidade no ambiente urbano.

Na última parada, em frente à Catedral Metropolitana, as crianças foram convidadas a observar o que as pessoas faziam no espaço público, identificando os múltiplos usos da cidade e refletindo sobre a função social e coletiva desses ambientes. A proposta foi adaptada à linguagem infantil, incentivando a observação e o reconhecimento da diversidade de atividades presentes nos espaços urbanos.

A análise dos resultados foi realizada posteriormente pelos docentes e discentes envolvidos, após a organização dos desenhos e imagens coletadas. Observou-se que, nos desenhos iniciais, predominavam representações de moradias e ambientes familiares, com poucas referências ao espaço público, natureza, patrimônio histórico, praças, parques ou meios de transporte. Esse dado evidencia a limitada vivência urbana das crianças e reforça a importância de iniciativas que estimulem o contato com a cidade e a ampliação de seu repertório visual e experiencial.

O projeto revelou o grande potencial das crianças para compreender e refletir sobre o espaço urbano quando envolvidas de forma lúdica, crítica e participativa. Além de promover a

educação cidadã desde os primeiros anos escolares, a experiência contribuiu para a formação de uma geração mais consciente, inclusiva e atenta às necessidades coletivas na construção das cidades.

4.3 A CARTILHA DA CIDADE: A EDUCAÇÃO URBANA PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ



Figura 3: Atividade no CEU Pimentas. Fonte: Acervo do Grupo Cartilha da Cidade, 2019.

O projeto Cartilha da Cidade, desenvolvido pelo Grupo Arquitect do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP-São Carlos, promove a alfabetização urbana por meio da produção de material didático e oficinas baseadas em um jogo urbano aplicado em escolas públicas. A iniciativa busca desenvolver um olhar crítico sobre o espaço urbano entre crianças e jovens, reconhecendo que o conhecimento das complexidades e potencialidades da cidade é fundamental para o exercício da cidadania e apropriação do território.

Diante da carência dessa temática na educação formal brasileira, o projeto objetiva fomentar o debate sobre educação urbana e constituir uma rede colaborativa de educadores e interessados, visando suprir essa lacuna e democratizar o acesso ao conhecimento urbanístico.

A princípio, por meio da pesquisa, o grupo elaborou um material didático que trata de temáticas urbanas de modo ilustrado: vegetação urbana e arborização, mobiliário urbano, produção de energia e sistemas elétricos, iluminação pública, impactos ambientais, mobilidade, resíduos sólidos, água na cidade, a água que vem dos rios e drenagem urbana. Dentre estes, há alguns assuntos que as pessoas conhecem bem, mas que a grande maioria, apesar de vivenciar a cidade cotidianamente, com suas variações de problemas, não possui uma noção precisa.

Esses questionamentos são necessários para que os cidadãos se engajem com esses assuntos e adquiram conhecimento.

Tendo a Cartilha da Cidade publicada, o grupo buscou uma nova forma de participação dos alunos, visando motivar o debate entre eles. Assim, foram elaboradas oficinas, as quais abordaram os temas tratados no material didático de forma dinâmica. A primeira experiência foi na Escola Estadual Bento da Silva César, onde foram feitas cinco oficinas. Posteriormente, na Escola Estadual Jesuíno de Arruda, foram escolhidos três temas para serem trabalhados em oficinas com duração de duas horas/aula da escola: vegetação urbana e mobiliário urbano; energia elétrica e iluminação pública; e mobilidade urbana.

Para contextualizar as discussões urbanas, os alunos analisaram dois mapas de um mesmo trajeto – de um bairro periférico até a escola – simulados via Google Maps. Comparando os deslocamentos de carro e ônibus, constatou-se que o transporte público levava o dobro do tempo, evidenciando os problemas crônicos de mobilidade nas cidades brasileiras.

Em seguida, os estudantes representaram graficamente seus próprios percursos casa-escola em um mapa impresso de São Carlos. Cada trajeto, desenhado de memória e codificado por cores conforme o modal de transporte utilizado, serviu como base para um debate sobre suas experiências de deslocamento.

Buscando maior dinamismo e interação, a equipe desenvolveu um jogo pedagógico inspirado no *World Peace Game* de John Hunter. Adaptando a proposta à escala local, o novo jogo simula conflitos urbanos para que os alunos, divididos em grupos representando diferentes agentes da cidade, busquem soluções colaborativas para problemas do cotidiano urbano.

Em seguida, elaboraram-se situações-problema centrais para a dinâmica do jogo. Essas situações foram concebidas para colocar em conflito os interesses específicos de diferentes agentes urbanos, estimulando discussões significativas para a formação cidadã. Selecionaram-se oito atores representativos de uma cidade: Prefeitura, Câmara Municipal, Secretarias (Planejamento, Educação, Saúde, Transporte, Moradia e Meio Ambiente), Ministério Público, Associação de Moradores, Movimentos Sociais, ONG e Empreendedor Imobiliário.

O jogo tem como principal objetivo fomentar o debate crítico e o diálogo entre os agentes, privilegiando a busca pelo bem comum e a explicitação de interesses conflitantes, e não a competição. Por meio dele, os alunos exercitam o pensamento colaborativo e a reflexão crítica sobre a cidade, o que contribui para sua formação cidadã. A oficina foi inicialmente aplicada no Colégio CAASO (maio de 2018) com 40 alunos de 15 a 17 anos e, posteriormente,

no CEU Pimentas, em Guarulhos (junho de 2019), área periférica que passa por intensas transformações urbanas.

Além do ambiente escolar, o projeto participou de dois eventos emblemáticos de divulgação científica e cultural em São Carlos, promovendo um diálogo frutífero com a população sobre suas demandas e percepções urbanas. Essas interações reforçaram a premissa de que os moradores detêm um conhecimento essencial sobre os problemas da cidade, destacando o papel catalisador da alfabetização urbana.

Com o propósito de ampliar seu alcance, o grupo desenvolve cinco versões do jogo adaptadas a diferentes faixas etárias, com manuais, tabuleiros impressos e situações-problema de complexidade variável. O material será disponibilizado online para formar uma rede de multiplicadores (pesquisadores, professores, alunos e cidadãos), fomentando a apropriação coletiva do debate urbanístico.

4.4 PROJETO: PARQUE PINHEIRINHO D'ÁGUA



Figura 4: Estudantes e moradores durante oficina de projeto. Fonte: LABPARC – acervo

O projeto para a criação de um parque público na periferia de São Paulo, iniciado em 2000, foi um esforço coletivo e colaborativo. Envolveu escolas, universidades públicas, a comunidade e o governo municipal, com a participação contínua da Pós-graduação da FAUUSP. O objetivo era desenvolver um processo de investigação e ação que promovesse uma cultura paisagística, ambiental e de cidadania entre todos os envolvidos.

A iniciativa surgiu do imaginário dos moradores do conjunto habitacional Vila Verde, que, após a conquista de moradias, desejavam a implementação de um parque em frente às suas

habitações. Unidos ao Movimento de Moradias e à comunidade escolar da EMEF Deputado Rogê Ferreira, suas reivindicações potencializam-se e se tornaram parte do currículo escolar, criando oportunidades pedagógicas para projetos conjuntos com a Universidade.

Nesse contexto, várias atividades se desenvolveram para estudar os espaços do futuro parque e ampliar o repertório sobre como poderia ser um parque urbano. O grupo sentiu a necessidade de outros aportes e instrumentos para a concretização dos seus desejos. É nesse momento que, por meio de uma parceria com a professora Nídia Pontushka, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), foram realizados Estudos do Meio, levantamentos da história da região, da fauna e da flora existentes, documentando-os com relatórios, fotografias, desenhos e maquetes.

Em 2002, inicia-se uma parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), envolvendo cerca de 30 alunos da disciplina de Pós-graduação “Estúdio da Paisagem”, para pensar na elaboração do projeto do parque.

O projeto foi construído de forma coletiva e a várias mãos, resultando na criação de um conhecimento empírico-teórico. A participação de diversos atores e instituições, especialmente de crianças e jovens das escolas do entorno, foi fundamental para o sucesso do projeto. Eles trouxeram propostas e olhares novos, participando ativamente dos debates e da luta pela implantação do parque em diferentes instâncias.

Desse modo, a elaboração coletiva do projeto do Parque passou a ocupar também os corpos das pessoas na formação de um pensamento político e social, colocando em prática o direito à cidade, não só enquanto acesso a espaços públicos de qualidade, mas também como transformação do território.

Após a fase de propostas dos estudantes da FAUUSP, o processo continuou com reuniões e a elaboração de uma proposta síntese que incorporou as demandas da população. Com base nessa síntese, o projeto executivo foi contratado e a construção do parque teve início em 2004.

No entanto, o parque, inaugurado em 2009, foi entregue com significativas alterações em relação à proposta original, prejudicando a sua apropriação. A supressão de áreas planejadas e a falta de manutenção e gestão adequadas por parte do poder público, em uma gestão posterior, resultaram em um espaço percebido como abandonado e perigoso. Isso revela, por parte do Poder Público, já em um momento posterior e com outra gestão, o descaso por um processo

democrático e o não reconhecimento do direito de populações de baixa renda a áreas públicas de qualidade.

Em 2011, por solicitação do Conselho Gestor, uma nova parceria com a FAUUSP foi estabelecida para avaliar a situação pós-implantação. Estudantes registraram as condições do parque e o Conselho Gestor, composto por moradores e representantes das escolas, conduziu um projeto de extensão para resgatar o processo participativo e continuar ouvindo as demandas da população.

Durante esse processo, foram realizados palestras, seminários e reuniões para democratizar os dados obtidos em campo e resgatar o projeto participativo de construção do Parque, a fim de continuar a escuta das demandas e dos desejos da população local em relação àquele e a outros espaços públicos da região. Em 2011, os alunos da EMEF Padre Leonel Franca aplicaram questionários aos moradores e frequentadores do Parque para identificar os principais problemas e demandas apontados por eles, e, em 2012, a EMEF Deputado Rogê Ferreira realizou um processo de imersão projetual, chamada de Charrette 2012, para repensar os usos do Parque pelas escolas.

As crianças e os jovens demonstraram significativo engajamento ao explorar conteúdos e ferramentas de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Como resultado, a semana de atividades culminou na elaboração de aproximadamente 1740 propostas, materializadas em desenhos, maquetes e outras produções, que expressaram de forma consistente seus anseios e demandas para a transformação do Parque. Nesse processo, o público infantojuvenil evidenciou-se em sua potência cidadã, ao engajar-se ativamente nas propostas de transformação dos espaços de convivência cotidiana.

Apesar dos esforços da comunidade e da universidade, o projeto foi desestruturado e interrompido por mudanças na gestão municipal. Mesmo assim, a parceria estabelecida entre a comunidade, a universidade e o poder público continua sendo fundamental para a trajetória do parque, reforçando a importância de cada ator para as melhorias do espaço e sua relevância como elemento de integração territorial.

5. CONCLUSÃO

A análise comparativa dos quatro projetos de extensão revela um espectro diverso de abordagens metodológicas, cuja eficácia está diretamente relacionada ao contexto, à escala de

atuação e aos recursos disponíveis. Essa comparação permite identificar padrões, potencialidades e limites comuns, fundamentais para orientar futuras iniciativas.

Em termos metodológicos, observa-se uma distinção entre projetos de imersão contínua e oficinas pontuais. O “Parque Pinheirinho d’Água” se destaca pela profundidade e duração, com metodologias como charrettes e Estudos do Meio, capazes de promover transformações significativas no território e na formação dos envolvidos. Seu principal desafio, contudo, reside na dependência de gestão pública e na complexidade logística. Em contraste, o “Pequenos Arquitetos” operou como oficina breve, com foco sensorial e lúdico. Sua força está na viabilidade e replicabilidade, embora tenha limitações quanto à transformação física do espaço e à continuidade crítica.

Os projetos “Construindo o Parque do Nosso Futuro” e “Cartilha da Cidade” ocupam posição intermediária. O primeiro articulou oficinas ao semestre letivo, gerando produtos tangíveis e conexão com um projeto urbano real. Já a “Cartilha da Cidade” evoluiu para um jogo de papéis, com alta escalabilidade e adaptação a diferentes faixas etárias. Ambos enfrentaram desafios semelhantes aos demais, como a rigidez do calendário escolar e a necessidade de recursos logísticos.

Apesar das diferenças, todos os projetos compartilham duas grandes contribuições: o estímulo ao olhar crítico e ao senso de pertencimento das crianças, reconhecendo-as como agentes urbanos legítimos; e a transformação da formação universitária, promovendo uma postura ética, dialógica e contextualizada, alinhada aos princípios freireanos.

Os limites convergentes entre os projetos evidenciam os principais obstáculos à consolidação dessa modalidade de extensão: a estrutura escolar rígida, a escassez de recursos financeiros e as exigências legais relacionadas à segurança em atividades externas com crianças.

Ainda assim, os projetos alcançaram seus objetivos, reafirmando o impacto da extensão universitária. Ao envolver crianças como protagonistas, ampliaram sua percepção crítica da cidade e promoveram ambientes de aprendizagem sensível e engajada. As parcerias entre universidades e escolas públicas, com metodologias centradas na escuta ativa e valorização do território, beneficiaram diretamente as comunidades e fortaleceram o vínculo com o espaço escolar.

Para os estudantes universitários, essas experiências proporcionaram uma formação prática e crítica, desenvolvendo competências em mediação, planejamento participativo e

atuação cidadã. Em consonância com os princípios freireanos, ampliaram o olhar sobre o papel social do arquiteto e urbanista, fortalecendo o compromisso com a transformação da realidade.

Conclui-se, portanto, que a extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo voltada para crianças configura-se como uma ferramenta pedagógica potente e indispensável para uma formação acadêmica engajada e para a construção de cidades mais justas, democráticas e inclusivas, onde o direito à cidade é exercido desde a infância.

6. REFERÊNCIAS

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Ação de Relação da Universidade com a Sociedade: Avaliação das Atividades, Metodologia e Problemas**. In: Seminário Internacional sobre Relação da Universidade com a sociedade, 1., Brasília. Anais eletrônicos. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996)**. Brasília: Presidência da República, 1996.

DE PAULA, João Antônio. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. UFMG. 2013.

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, DF: FORPROEX, 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. São Paulo. 2017.

GETLINGER, D. C. V.; RODRIGUES, L. O. Construindo o parque do nosso futuro: uma experiência de educação urbana para crianças do ensino fundamental. In: VI ELAC - ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ARQUITETURA COMUNITÁRIA, 2024, Foz do Iguaçu. Anais eletrônicos... [S.l.], 2024. p. 144-151.

O espaço público e a educação urbana na Represa Billings. In: TERRITÓRIOS DA PRAÇA: espaço público e educação nas periferias em debate. [S.l.]: Coletivo Transverso, 2024. v. 1, p. 67-80. E-book.

GUERRA, Andréa; GOMES, Rita de Cássia; SOUZA, Edson. **Formação cidadã e extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo: experiências no enfrentamento das desigualdades urbanas.** *Revista Thésis*, v. 7, n. 14, p. 58–76, 2020.

LIMA, Zilda de Carvalho. **O lugar da criança no espaço urbano.** 1989. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1989.

LOPES, Beatriz; RIBEIRO, Júlia. **Parque Pinheirinho d'Água: oficinas participativas com crianças.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2023.

MENDONÇA, A. W. P. C.; SILVA, R. M. da. **Extensão universitária: diretrizes e políticas.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MIRRA, Evando. **A Ciência que sonha e o verso que investiga.** São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

PINTO, Jussara S. **Brincar: a relação da criança com o espaço escolar.** Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2003.

REZENDE, Claudia C. **Extensão universitária e assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo: práticas integradoras na formação acadêmica.** *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 16, p. 87–102, 2020.

RODRIGUES, Camila Santos; MORAES, Tiago. **A Cartilha da Cidade: a educação urbana para a formação cidadã.** Projeto de Extensão – Universidade Federal de Goiás, 2020.

SILVA, Júlia Almeida da. **Construindo o Parque do Nosso Futuro: participação infantil no planejamento urbano.** Projeto de Extensão – Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

SILVA, Larissa da; COSTA, Amanda. **Pequenos Arquitetos: experiências lúdico-construtivas na cidade.** Universidade Estadual de Londrina, 2022.

SOUSA, Laís de; MOURA, Carla. **Extensão universitária e território: o papel social do arquiteto na periferia urbana.** *Anais do Encontro Nacional sobre Produção Científica em Arquitetura e Urbanismo (ENPC-AU)*, 2019.